

A. HENRIQUE CABRITA

# OLHÃO

subsídios para o estudo  
das origens dos topónimos  
do concelho





## NOTA DE ABERTURA

*António Henrique Cabrita nasceu em Olhão a 20 de Dezembro de 1913. Depois de completar, com brilho, o curso secundário no Liceu de Faro, frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, não tendo concluído o curso por motivos alheios à sua vontade.*

*Desde muito cedo, porém, revelou uma decidida vocação para os problemas da linguagem sendo, sem sombra de dúvidas, um dos maiores vultos intelectuais olhanenses da sua geração. Mais: ele é o maior filólogo e etimologista que Olhão jamais terá produzido, pois desenvolvendo e aumentando os seus estudos e alargando as suas investigações, conseguiu conhecimentos profundos sobre a matéria, do que é claro exemplo o presente trabalho.*

*Considerado uma autoridade em assuntos filológicos, mesmo nos meios da especialidade, tem igualmente colaborado, há muitos anos, em vários jornais e revistas, por eles deixando espalhados inúmeros estudos ou simples «apontamentos», todos eles de real mérito e inegável valia. E, entre eles, não são dos menos valiosos os que dedicou ao tão característico e curioso «falar» do povo olhanense, dos mais ricos e originais que é possível encontrar nos povos de língua portuguesa e que ninguém, até hoje, estudou como António Henrique Cabrita o fez.*

*Sócio fundador da prestigiosa e prestímosa «Sociedade de Língua Portuguesa», que sucedeu à «Tertúlia da Recta-Pronúncia» (que também ajudou a fundar), outra faceta há na sua vida, hoje totalmente esquecida, e que merece ser devidamente realçada. Referimo-nos à sua actividade desportiva. Foi dos mais destacados nadadores algarvios de todos os tempos, campeão incontestado e incontestável do Algarve, nos primeiros anos da década de 30. E, importante pormenor da sua carreira desportiva, conseguiu aliar o útil ao agradável, pois as suas enormes faculdades de nadador permitiram-lhe arrancar aos perigos do mar muitas vidas, algumas delas em circunstâncias particularmente difíceis, factos a que toda a imprensa de então deu o merecido relevo, tendo por isso sido condecorado e louvado várias vezes.*

*Também nos meios filológicos e linguísticos tem António Henrique Cabrita sido alvo de algumas referências elogiosas que provam o mérito e o valor dos seus trabalhos, destacando-se, de entre elas, a que não há muito tempo lhe foi prestada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na palavra do ilustre catedrático Doutor Manuel de Paiva Boléo, professor de Filologia Portuguesa naquela Faculdade.*

*Trata-se de um olhanense que tem sabido honrar e dignificar a sua terra, quer no campo intelectual, quer como desportista.*

*Por isso a Câmara Municipal de Olhão lhe presta justa homenagem, ao fazer editar, com todo o gosto, o seu livro «OLHÃO — subsídios para o estudo das origens dos topónimos do concelho».*

#### A Câmara Municipal de Olhão

*À minha mulher e aos meus filhos, os meus melhores amigos;  
a todos os meus conterrâneos; e  
ao Povo das quatro freguesias do concelho de Olhão.*

## OLHÃO

Consubstanciado na pessoa de um Amigo, com quem dialogava e trocava impressões acerca do opúsculo «Toponímia Árábica no Algarve», do Dr. José Pedro Machado (e que, mais tarde, me facultou gentilmente os respectivos recortes), quis o acaso que tivessem chegado ao meu conhecimento, dois de uma série de artigos sobre a origem de vários topónimos algarvios, publicados, no «Correio do Sul», pelo Padre José Cabrita, nomeadamente, os relacionados com Olhão e suas freguesias, vindos a lume em 14-12-1972 e 11-1-1973.

Lidos com o maior interesse, e não menores cuidado e atenção, enfermam os ditos trabalhos, a meu ver, de algumas deficiências e incorrecções, que procurarei comentar e corrigir. E começarei, naturalmente, pelo que se refere a OLHÃO, por ser não só a sede do concelho, como também (e talvez precisamente por este facto) minha terra natal (e de onde, ao que supponho, o Padre Cabrita é igualmente natural).

Que fundamento tem o Padre José Cabrita para afirmar que, no português arcaico, o aumentativo de «olho» seria «olhon» ou «olhom»?

Na «Gramática da Língua Portuguesa», publicada, em 1540, por João de Barros (autor, igualmente, das «Décadas da Ásia», e geralmente considerado o primeiro e mais antigo trabalho do género editado sobre a nossa língua, pode ler-se, no capítulo respectivo, o seguinte:

### DO NOME AUMENTATIVO

«Esta maneira de «nome aumentativo» é contrária à de cima, porque ua diminui e outra acrescenta.

Destes nomes, Gregos e Latinos não tratam em suas Gramáticas por os não terem e casi todos terminam em «am» e «az», como «mulheram», «cavalam», «velhacaz», «ladravaz» e outros que sempre são ditos em desprezo e abatimento da pessoa a que os atribuímos».

Por seu turno, Augusto Moreno, em «Lições de Linguagem», vol. III, a págs. 160 e 161, ao responder a uma pergunta sobre diminutivos, ensina, designadamente no que concerne a «franginho» e a «pintainho», «que provieram, respectivamente, dos primitivos «frangam» (frângão) e «pintam» (pintão), e que a sua evolução deve ter sido:

«frangan» + inho — fraganinho — frangãinho — frangainho

Para «pintainho», prossegue Augusto Moreno, «conjectura-se também um primitivo «pintam», que daria igualmente

«pintam» + inho — pintaninho — pintãinho — pintainho

Estas citações, como se vê, contradizem, em absoluto, a opinião do Padre Cabrita.

Mas há mais: entre as características que diferenciam o português arcaico do português actual, encontro nos «Textos Medievais Portugueses», de Correia de Oliveira e de Saavedra Machado (e no tocante à terminação «-ão»), este passo bastante elucidativo e esclarecedor:

«Terminavam em «om» os nomes que hoje terminam em «-ão», depois de passarem pela forma em «-am» (o sublinhado é meu)...

...Mas a terminação «-ão» encontra-se já no português arcaico, como em «loução» («louçano»), «são» (sano), etc.»

Bem entendido, esta diferenciação não se refere especificamente aos nomes aumentativos (talvez nem mesmo a eles se aplique), mas aos substantivos em geral.

O Padre Cabrita sabe, sem dúvida melhor que eu, que no português arcaico ou medieval, ocorriam indistinta, alternada e paralelamente as terminações em «-on», «-om», «-am», «-an» e até «-ã», na grafia da mesma palavra: non, nom e nam (não); Joham, Joam, Joan e Joã (João); Stevam e Estevam (Estêvão); Fernan e Fernam (Fernão); deitaram (deitarão); sam (são); naçam (nação); dam (dão); galardam (galardão); coraçon e coraçam (coração); determinaçam (determinação); Brandam (Brandão); contradizçam (contradição); rrazam (razão); Plutam (Plutão); e tantas mais.

Por outro lado, parece existir (e digo parece, por, dele, não ter conhecimento directo) um documento, com data de 1378 (medieval, portanto), e que se julga ser a mais remota e antiga referência relativa a Olhão, no qual D. Fernando deu de foro uma courela de vinha e figueiral, situada num local designado «Olham», próximo de Faro.

Não quero deixar de referir aqui uma pergunta que me assaltou subitamente no decurso deste escrito: porque serão «olhanenses» os naturais de Olhão, e «portimonenses» os de Portimão? Certamente, por assim o determinar a origem, bem diferente e distinta, dos dois nomes. Enquanto «olhanense» deve ter por base o étimo «Olhan» ou «Olham», «portimonense» terá provindo necessariamente de «Portimon» ou Portimom», que, se não for a origem deste topónimo, será ou terá sido, pelo menos, uma fase por que passou ou terá passado até ter atingido a forma actual (o mesmo terá acontecido com «fundanense» (de Fundão); «damanense» (de Damão) «lourbanense» (de Lorvão); e com outros mais que, de momento, me escapam.

E, mudando de parágrafo, tratemos de outro aspecto do trabalho do Padre Cabrita também, e ainda, respeitante a Olhão.

Como prova da antiguidade que atribui à laboriosa e característica vila cubista, socorre-se o Padre Cabrita da frase atribuída a um olhanense, e citada por Ataíde de Oliveira, na sua «Monografia do Concelho de Olhão»: «aqui esmorrou o meu pai e o meu avô...»

Embora careça de elementos que me permitam aceitar ou refutar a opinião do Padre Cabrita quanto a este ponto — o da antiguidade de Olhão — a qual, aduz, «deve vir desde tempos imemoriais», o certo é nada provar, nesse aspecto, a citação da aludida frase.

Com efeito, a Igreja Matriz (ou Igreja Grande, como é conhecida), começou a ser construída no ano de 1698, e só foi aberta ao culto no princípio do século XVIII (entre, talvez, 1710 e 1720), e referindo-se, como é o caso, o autor da citada frase, às paredes do dito templo, a outra conclusão não podemos chegar senão à de que a ancestralidade de quem a proferiu não poderia, na ocasião (e quando muito), ir além de 1700, ano em que a Igreja ainda não se encontrava aberta ao culto, nem mesmo estaria completamente construída.

Apontadas o que me parecem falhas e deficiências, nada mais justo que, de igual modo, enalteça e exalte as virtudes que, indubitavelmente, ressaltam do trabalho do Padre José Cabrita.

O mérito maior das investigações a que procedeu está no facto de acreditar que o topónimo «Olhão» nada tem a ver com o substantivo comum aumentativo «olhão». A sua opinião vem abrir um novo capítulo sobre o problema, e fez despertar em mim uma ideia que, de longa data, se encontrava «adormecida» na minha mente.

Em boa verdade, nunca alinhei no número daqueles (e praticamente serão todos) que atribuem o nome de «Olhão» e um grande «olho» de água ou nascente existente na zona ou área da actual vila, «olho» de água, nascente, fonte ou poço que, na realidade, ninguém sabe, concretamente e de ciência certa, em que ponto se encontrava situado (querem-no uns a nascente da Estação do Caminho de Ferro, outros localizam-no, mais ou menos, no centro da actual Avenida da República, e alguns outros, de certo, noutra ou noutros locais). Tudo muito vago, muito incerto, como se observa.

Quem nos garante (sempre me acompanhou esta dúvida) que «Olhão», topónimo, e «olhão», substantivo, têm a mesma origem, e não são, pelo contrário, formas convergentes ou paralelas, provindas de étimos diferentes, tal como acontece com «rio» (do verbo «rir») e «rio» (curso de água); «são» (apócope de «santo»), «são» (saudável) e «são» (do verbo «ser»); e tantas mais?

Ora, o Padre Cabrita, ao filiar no árabe «al-Hayun» ou «al-Háin» a origem de «Olhão», veio trazer novo e importante contributo para o estudo e clarificação da questão. Faltam-me elementos que me permitam apreciar conveniente e devidamente o acerto ou desacerto da opinião do Padre Cabrita, não só por me

escassear o conhecimento da língua árabe, como também por ignorar como se processam ou processaram as transformações e modificações fonéticas, e, por consequência, como se desenvolve a evolução do árabe para o português.

Parecerá talvez desalegância ou indelicadeza da minha parte, o emprego do termo desacerto, ao referir-se à versão do Padre Cabrita quanto à origem árabe do topónimo «Olhão». Mas não o é (não o é, nem tal estaria, naturalmente, em meu propósito).

É que, não obstante a minha total (e já declarada) ignorância da língua árabe, não vai ela ao ponto de me impedir que saiba (o que, de resto, acontece com todos aqueles que se dedicam ou andam ligados a estes assuntos de linguagem) que o artigo árabe «al», invariável em género e número (e pelo qual principia grande número de palavras portuguesas), manteve, na sua passagem para a nossa língua, a sua forma original, quer dizer, fixou-se no português sem haver sofrido qualquer alteração ou transformação fonética. Designadamente, na toponímia, onde os exemplos abundam (Algarve, Alcoutim, Alportel, Alcaria, Aljezur, Almancil, Albufeira, Alcantarilha, Alfontes, Alcongosta, Algoz, etc.), não me consta que o «al» árabe desse, em português, a forma «ol». Não afirmo (não estou em condições de poder fazê-lo) que tal não tenha ou não possa ter sucedido, mas o certo é que não conheço um único exemplo que seja.

Ora, a não haver possibilidade de o «al» árabe ter dado ou dar «ol» em português, cai, obviamente, pela base a hipótese de «Olhão» ter a sua origem, como pretende o Padre Cabrita no árabe «al-Hayun» ou «al-Háin». Teria dado, quando muito, «Alhão», de que o actual «Olhão» seria uma corruptela ou deturpação, verificada já no tempo em que o topónimo se grafava ainda «Olham». Mas, terá realmente acontecido assim? Ou conhece o Padre Cabrita algum caso em que o artigo árabe tivesse dado «ol» em português?

Deixo ao elevado e esclarecido critério do reverendo sacerdote as eventuais respostas a estas interrogações.

Repito, e apesar de todos estes senões, numa coisa estou de acordo com o Padre Cabrita: que «Olhão», topónimo, e «olhão», substantivo comum, são palavras convergentes, com origens diferentes, portanto. A circunstância de não se ter encontrado até agora o étimo de «Olhão», não significa de modo algum que ele não exista, como é evidente. O que é necessário é encontrá-lo, descobri-lo, localizá-lo. O que pode muito bem suceder de um momento para o outro ou... talvez nunca.

Seja como for, e muito embora possa estar enganado, não acredito, volto a dizê-lo, que «Olhão» provenha do tal poço de que muito se tem falado e fala, mas de que ninguém conhece ao certo a localização exacta. Penso que o logo de «Olham» é muito anterior à existência do famigerado poço. Trata-se de uma lenda, na linha das da moura «Floripes» e do igualmente mouro «Menino dos Olhos Grandes» (de natureza e características dife-

rentes, naturalmente), nada mais. Isto, a meu ver, bem entendido.

O que era necessário, vinha eu dizendo, era descobrir um étimo que justificasse a origem do topónimo, pois não se pode partir do zero, do nada. Há que ter-se um ponto de partida. É indispensável, absolutamente indispensável.

E esse étimo, pese embora todas as dúvidas, interrogações e objecções que suscite ou venha a suscitar, pode muito bem ser o indicado pelo Padre José Cabrita. Pode o seu valioso contributo ser até a chave que venha finalmente abrir a porta do enigma que, quanto a mim, envolve a origem do nome da nossa terra natal.

A analogia, sabem-no quantos se dedicam aos estudos linguísticos, é a semelhança ou conexão que existe entre palavras ou expressões frásicas, quer sob o aspecto fonético, quer sob o mórfico, quer sob o ortográfico, quer sob o semântico, quer, até, sob o sintáctico.

Com base na analogia, podemos estabelecer uma explicação válida e perfeitamente lógica para a transformação, em «ol», do artigo árabe «al». Vejamos:

Nos tempos da dominação árabe, teria existido no local ou na região onde actualmente se situa a importante vila de Olhão, uma fonte ou nascente, na qual se abasteceriam de água os habitantes da área e suas redondezas. Ao local ou lugar, teriam os árabes dado o nome de «al-Háin», que, na sua língua, significa precisamente «a fonte» (não falo propositadamente em «poço», dado que a existência deste pressupõe a implicação ou intervenção do homem na sua abertura ou construção, ao passo que «fonte» é fenómeno natural, por isso que brota «voluntária» e espontaneamente do solo, sem a colaboração, auxílio ou ajuda de quem quer que seja).

Após a expulsão dos árabes, o nome por que seria conhecida a região «al-Háin» teria entrado na nossa língua (então no início da sua formação), e nela se teria fixado sob a forma «Alham» ou «Alham».

Existiria já, nesses recuados e longínquos tempos, a palavra portuguesa «olho» (oriunda, por via popular, do latim «oculu(m)», depois de «peneirada» pelos fenómenos fonéticos de queda do «u» intermédio (síncope), e de transformação, em «lh», do grupo consonântico medial «cl» (palatização).

«Olho» teria também já então adquirido, por virtude de um caso de analogia, perfeita e facilmente explicável, o significado de «fonte» ou «nascente de água» (lembro, por curiosidade intencional, a praia dos «Olhos d'Água», perto de Albufeira).

Que poderia, então, ter sucedido? Isto, simplesmente: o povo, levado e «auxiliado» pela semelhança fonética e sónica (e talvez também ortográfica), e pela conexão de significado e de sentido existentes entre a palavra de origem árabe «Alham» ou «Alham» e a então já portuguesíssima «Olham» (aumentativo de «olho» (de água), de formação nítida e retintamente portuguesa) teria

transformado o «a» em «o», dando assim origem ao topónimo «Olhão». Não por ser aumentativo de «olho», e querer significar «fonte» ou «nascente» de caudal e proporções fora do normal, mas sim, e apenas, pela semelhança fonética, gráfica e semântica que se verificava (e verifica) entre os dois termos. (Cabe aqui esclarecer que não encontrei, em nenhum dos muitos dicionários de que disponho, «olhão» com o significado de «nascente de água» de grandes proporções; todavia, nalguns deles, e a par de «olheiro», verifica-se o registo de «olho», no sentido de «fonte», «nascente», isto é, «olho d'água». Na acepção de «grande nascente de água», «nascente abundante de água», depara-se-me, sim, o termo «olheirão» (aumentativo de «olheiro»). Bastante curioso e sintomático...).

Não disponho, é evidente, de elementos seguros (quem, deles, poderá dispor em circunstâncias como estas?) que me permitam afirmar ou assegurar que as coisas se tivessem passado ou processado deste modo. Mas que a minha tese é bastante aceitável, por bem alicerçada e fundamentada, disso não tenho a menor dúvida. Do ponto de vista linguístico, sobrepõe-se mesmo, clara e irrefutavelmente, à versão tradicional que pretende situar a origem de «Olhão» num «poço», de que, em rigor, ninguém sabe a localização, e «poço» que (e isto parece-me ser mesmo o mais certo) provavelmente nem sequer existiria, quando «Olhão» já se denominava «Olham», o que se verificava já, se não antes, pelo menos, no século XIV.

De qualquer maneira, persisto na minha convicção (e agora muito bem acompanhado pelo sabedor e erudito Padre José Cabrita, que, graças à sua preciosa e útil intervenção, possibilitou a exteriorização da minha opinião): provêm de étimos diferentes «Olhão», topónimo, e «olhão» (aumentativo de «olho»), substantivo comum.

E, para concluir este capítulo do meu trabalho, nada melhor do que a citação de um dos milhentos casos ou exemplos da influência e do poder que a analogia exerce na transformação e desenvolvimento da linguagem. E justamente de um em que a «força» analógica transformou um «a» em «o», tal como julgo poder ter acontecido na evolução atrás descrita, de «Alham» para «Olham» («Olhão»).

De harmonia com as leis fonéticas que regem e regulam a passagem do latim para o português, o vocábulo latino «fame» (que significa «fome») apenas podia ter dado em português «fame» (compare-se com «faminto» e «famélico»), e foi realmente isso o que se verificou, pois era «fame» que se dizia e escrevia no português arcaico. Como explicar, então, a passagem ou transição de «fame» para «fome», contrária a todas as regras fonéticas e absolutamente inexplicáveis à luz das mesmas?

Segundo D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Antenor Nascentes, Sá Nogueira e outros, tal transformação apenas pode ser explicada pela acção exercida pela analogia, devida não só à conexão de ideias e correlação de sentido entre «fome» e «come»

(do verbo «comer»), como também por uma questão e necessidade de rima entre os dois termos, bem patente, por exemplo, no aforismo popular: «só come, quem tem fome».

RESUMINDO: — Do que fica dito, conclui-se:

a) «Olhão», topónimo, nada tem a ver com «olhão», substantivo; são apenas, e tão-só, formas convergentes;

b) a passagem de «Alhan» ou «Alham» a «Olham» (Olhão) deu-se ou por corruptela ou, mais provavelmente, por analogia; e

c) tivesse o topónimo a sua origem num poço ou nascente de grandes proporções (de água), teria dado, segundo os léxicos e dicionários que consultei (e alguns foram), não «Olhão», mas sim «Olheirão».

## FUZETA

Concluído (?) o problema toponímico referente a Olhão, debrucemo-nos agora sobre as possíveis e prováveis origens dos nomes das suas quatro freguesias.

E, para não ferir susceptibilidades ou não ser acusado de parcialidade, dando preferência a esta ou àquela dessas freguesias, façamo-lo por ordem alfabética.

Assim, vou iniciar este novo capítulo do meu trabalho pela freguesia da Fuzeta.

Sobre a origem deste topónimo, escrevi há anos, para o «Boletim» da Sociedade de Língua Portuguesa, um apontamento, do qual passo a transcrever a parte que julgo mais importante e significativa:

Freguesia do concelho de Olhão, de que dista cerca de nove quilómetros, esta populosa e progressiva localidade, tirou o seu nome de «Fozeta», diminutivo de «foz»: um pequeno curso de água, o ribeiro Tronco, vai desaguar numa pequena foz, junto da povoação.

Antigamente, escrevia-se «Fozeta». Há documentos que o atestam, de dois dos quais tenho conhecimento: uma escritura de venda feita em 1572 (descoberta e transcrita por J. Fernandes Mascarenhas no seu opúsculo «Origem dos Topónimos das Freguesias de Olhão e de alguns dos seus sítios»), e «Portugal Antigo e Moderno», de Pinho Leal (citado por Ataíde de Oliveira, na «Monografia do Concelho de Olhão»), no qual o autor diz:

«Antes de mais nada, apresso-me a dizer que escrevo FUZETA, porque assim vejo escrito em todos os autores, mas estou convencido de que é um grande erro, porque, sendo esta palavra diminutivo de «foz», dever-se-ia escrever sempre FOZETA e não «FUZETA»:

Depois, e certamente devido à pronúncia fechada do «o», passou a grafar-se com «u», ou seja, «Fuzeta», grafia esta que se manteve até há bem pouco (e que continua a ser a geralmente usada),

Recentemente, porém, no novo Código Administrativo, apareceu a forma «Fuseta», com «s», o que, naturalmente, veio trazer certa confusão.

Desconhecem-se as razões em que os fautores do Código Administrativo se fundamentaram para alterar a grafia tradicional (e oficial, creio) «Fuzeta», com «z», para «Fuseta», com «s». (Eu, pelo menos, ignoro-as, e não encontrei ainda quem mas indicasse).

Portanto, e segundo a opinião unanimemente aceite e acatada (não sei de qualquer discordância), «Fuzeta» vem de «Fozeta». Primeiramente, escreveu-se com «o» (comprovam-no os documentos atrás citados) e, depois (e até aos nossos dias), com «u», mas sempre com «z». Agora, e de fresca data (e sem que se saibam os motivos), o Código Administrativo estabelece e consagra a grafia com «s», isto é, «Fuseta».

Pelo que deixo exposto, penso, evidentemente, que o topónimo deve grafar-se «Fuzeta» (como, de resto, de há muito vem sendo feito), visto tratar-se de um diminutivo de «foz» («foz» mais «eta»), cujo processo de formação é normal, e idêntico, por exemplo, aos de «lingueta», «maquineta», «fabriqueta», «roseta», «Barteta», etc.

Posteriormente a este apontamento, chegou ao meu conhecimento (e isto vem reforçar a minha opinião) que era «Fozeta» a grafia usada no século XVIII, conforme o «Numeramento (hoje chamar-lhe-íamos Recenseamento), a que o Intendente Pina Manique mandou proceder em 1798 («O Termo de Olhão», da autoria de Antero Nobre, e J. Fernandes Mascarenhas, no opúsculo atrás referido).

O Padre Cabrita filia a origem do topónimo no árabe «huza», que significa «praia». A «huza» ter-se-ia juntado o sufixo diminutivo «eta», donde «Huzeta» e, mais tarde, «Fuzeta». É opinião tão respeitável e digna de apreço como qualquer outra, mas que carece, quanto a mim, de prova documental em que se apoie.

Não a perfilho. Prefiro a versão que deriva «Fuzeta» de «Fozeta» (pequena «foz»), de que a forma com «u» é alteração perfeitamente normal e aceitável.

Para se admitir a hipótese do Padre José Cabrita, teríamos de reconhecer à piscatória e pitoresca localidade um passado muito remoto e recuado, o que parece não ser o caso. Pelo menos, que eu saiba, ninguém conseguiu ainda, até hoje, apurar quando «nasceu» ou foi construída a dita povoação. Nada há que prove a sua existência antes do século XVI. Isto, de maneira nenhuma, se pode interpretar como uma afirmação categórica de que não existisse já antes daquele século, mas sim que há falta absoluta de provas que o confirmem.

## MONCARAPACHO

Depois dos exaustivos e aturados estudos e investigações a que procederam J. Fernandes Mascarenhas e Antero Nobre, dois moncarapachenses ilustres, autênticos e infatigáveis desbravadores da «selva» histórica da sua bucólica aldeia natal, que poderei eu acrescentar às tentativas por eles levadas a cabo para localizar o provável étimo ou a possível origem do topónimo «Moncarapacho»?

O primeiro, inegável espírito de investigador, meticoloso, seguro e ordenado, depois de aludir às versões tradicionais de «Monte dos Capachos» e de «Monte Escarpado», de que discorda (e eu também, por as considerar, a ambas, mais ou menos fantasiosas e pueris), inclina-se para a possibilidade de o topónimo provir de «Mons Carpasium», sendo «Carpasium», que deu em espanhol «Carapacho» (concha, casca, carapaça que cobre o corpo das tartarugas e dos caranguejos), nome próprio de origem latina. E é com base no espanhol «carapacho» que J. Fernandes Mascarenhas procura alicerçar a sua versão.

Bem entendido, J. Fernandes Mascarenhas sabe bem que «Carpasium» não poderia dar em português a forma «Carapacho», e sim «Carpajo» ou «Carpaxo». De facto, e de harmonia com as leis fonéticas que regulam a evolução do latim para o português, o grupo «si» (ou «se») dá regularmente «j» ou «x» (veja-se os casos de «basiu» (beijo); «passione» (paixão); «caseu» (queijo); «ecclesia» (igreja); «laesione» (aleijão); etc. Daqui, portanto, o fundamentar a sua versão no espanhol «carapacho». E, ao apresentá-la e expô-la, aduz grande cópia de argumentos.

Antero Nobre, navegando nas mesmas águas e seguindo a esteira do seu conterrâneo, tem idêntica opinião.

José Pedro Machado, demasiado lacónico e cauteloso, pouco ou nada adianta, pois limita-se a dizer que «teremos, porventura, o elemento latino «Mon», mas nada se pode afirmar de concreto quanto à restante parte («carapacho») do topónimo».

Por seu turno, o Padre José Cabrita, num dos dois recortes, em meu poder, da série de artigos, que, sob o título genérico de «Toponímia e História», publicou no «Correio do Sul» (designadamente, no número 8), escreve: «MONCARAPACHO» — «a quinta do arranhado», como vimos», o que me leva a pensar que filia a sua origem numa palavra árabe, que, infelizmente, não sei qual seja, visto não dispor da colecção completa da sua aludida série de artigos.

Todos podemos pensar, imaginar, julgar, fantasiar, architectar,

raciocinar, supor, opinar, e cada um pode fazê-lo como melhor lhe parecer e entender. É direito natural e inalienável de que todos podemos e devemos fruir, cada qual a seu modo, sem nunca esquecer, contudo, o respeito e a consideração que devemos ter, sempre e em qualquer circunstância, pelas opiniões alheias, pois só assim estaremos em condições de poder exigir igual tratamento e atitude em relação às nossas. Por isso, o aparecimento de tantos pontos de vista, hipóteses, deduções, versões e opiniões, quantas vezes diametralmente opostos e contraditórios, para explicar factos, casos e fenómenos, de que, embora concretos e reais, se não conhecem, todavia, as causas ou as origens.

Assim sendo, também tenho opinião formada sobre a eventual e possível proveniência de «Moncarapacho». E não me furto a expendê-la. Será talvez mais uma a acrescentar às outras, e, dela, nenhum dano virá ao mundo. Bem simples ela é, por acaso. Tão simples que custa a crer que ninguém dela se houvesse ainda lembrado. Melhor, que apenas J. Diogo Correia, em 1960, na «Revista de Portugal», série Língua Portuguesa, a tivesse aflorado, embora a sua versão só parcialmente coincida com a minha.

No concelho de Olhão (não sei se também no resto do Algarve) e em certas regiões do Alentejo, a palavra «monte» é vulgarmente usada na aceção de uma courela ou bocado de terra de semear com casa para moradia (J. Fernandes Mascarenhas faz referência a este pormenor, no seu já citado trabalho «Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e de alguns dos seus sítios»). Esta a razão da designação de «montanheiros», por que são conhecidos os proprietários ou os locatários dos aludidos «montes», e, por extensão, os camponeses e trabalhadores rurais, em geral. Todos quantos, em suma, moram ou labutam na área rural do concelho.

A partir deste emprego do termo «monte», podemos formular uma hipótese, que me parece não só pertinente, como também absolutamente lógica e válida. Só que, hipótese que é, pode ser discutível. E eu admito-o sem reservas, já que não disponho de testemunhos categóricos ou de provas insofismáveis para a declarar incontroversa e irrefutável.

No que concerne a apelidos e a alcunhas, todos sabemos que os há dos mais esquisitos, extravagantes e estapafúrdios, alguns deles tocando, mesmo, as raias do picaresco, do cómico, do ridículo. São às centenas, para não dizer aos milhares. E, de grande número deles, desconhece-se por completo as origens ou proveniências.

Não poderá ter existido, já depois de Portugal se haver constituído como nação, qualquer indivíduo com o apelido ou a alcunha de «Carapacho», que tivesse sido dono ou proprietário de um «monte», no sítio (ou nas suas imediações) onde hoje se situa «Moncarapacho», apelido ou alcunha que se terá extinguido, perdido ou desaparecido na noite dos tempos?

Teríamos, deste modo (e a ter-se verificado tal), o «Monte do

Carapacho», tal como ainda hoje temos o «Monte da Guerreira», o «Monte da Mansinha», o «Monte do Estevens», o «Monte do Romeirão» e tantos outros espalhados pelas freguesias rurais do concelho de Olhão.

De «Monte do Carapacho» ter-se-ia passado facilmente, por aglutinação, a «Moncarapacho», tal como sucedeu com «Moncorvo» (de Monte do Corvo) (1), «Monsanto» (de Monte Santo), «Monforte» (de Monte Forte), etc.

É natural (e de admitir também) que me ponham a seguinte pergunta: qual, então, a origem do apelido ou da alcunha «Carapacho» (a ter existido, evidentemente)?

A perguntas desta natureza, irrespondíveis, costumava o meu saudoso Mestre e grande filólogo Agostinho de Campos responder com outras perguntas do mesmo género, isto é, igualmente irrespondíveis. Vou imitá-lo: quem será capaz de me explicar ou indicar, concretamente e sem margem para dúvidas, a origem ou a proveniência dos apelidos ou alcunhas «Alagaia», «Galhapão», «Belhoca», «Cagaia», «Patagalha», «Bochenina», «Riquiqui», «Pastagal», «Licopito», «Froita», e tantos mais?

A título meramente informativo, transcrevo o conteúdo de um documento que suponho inédito, e foi descoberto na Biblioteca da Ajuda, por feliz acidente, pela nossa ilustre conterrânea e minha estimada parente por afinidade, Exma. Senhora D. Raquel Pousão Lopes. Refere-se ele a Moncarapacho, e reza assim: B. A. — 47-XIII — 16, fls. 185/ Lagos fl. 185/ Inês de Brito/ Ordenou Capela em N.ª Sr.ª da Graça de Mencarapeicho com missa cada domingo foi provida pelo Senhor Rei D. Manuel no ano de 1520 na conta de rendimento dos bens./ in Memoria de Distribuição das notas da Cidade de Lisboa.

Embora a forma «Mencarapeicho» me pareça um erro de grafia, um pormenor há que não me atrevo a desprezar, mutio embora ele seja de reduzidas e remotas possibilidades para uma eventual explicação do topónimo. Trata-se da circunstância curiosa (que eu, por mim, considero simples coincidência) de, no documento em apreço, o topónimo principiar por «Men» (ou Mem?), nome próprio masculino, e que entra na composição de alguns sítios ou localidades, de duas das quais tenho conhecimento: «Mem» Moniz, no concelho de Loulé, e «Mem Martins», em Aqualva, Cacém (Lisboa). Repito: a meu ver, trata-se de um erro de grafia, mas, quando não há elementos seguros sobre a solução de determinado problema, todos os elementos que a ele se referiram têm de ser devidamente analisados, ponderados e considerados. É o que estou fazendo.

(1) Na autorizada opinião do distinto filólogo prof. Aleixo Gomes, MONCORVO terá provindo de MENCORVO e não de MONTE CORVO ou de MONTE DO CORVO. MEM será a forma apocopada de MENDO.

## PECHÃO

Cumprindo a ordem alfabética que me impus, cabe agora a vez à freguesia de «Pechão».

Por carência de elementos e de dados seguros e incontrovertidos, nada se pode afirmar, em termos rigorosamente concretos e categóricos, sobre o étimo deste topónimo. Quanto, acerca do assunto, se tem dito e publicado, não passa de simples conjecturas, de meras, e sempre falíveis hipóteses.

Cada uma a seu modo, como é óbvio, três versões existem para explicar a proveniência do nome desta freguesia do concelho de Olhão. Exponhamo-las sucintamente, e procuremos comentá-las, apontando as folhas e as deficiências que, a nosso ver, nelas ocorrem.

Uma delas atribui a origem do topónimo a «peixão», tomado este termo na acepção popular de «mulher bonita, formosa e bela» (importa referir aqui que, a par de «peixão», e com idêntico sentido, encontrei, logo no primeiro dicionário de que me servi, igualmente «pexã», forma dupla, portanto, daquela).

Ora, em vários documentos (alguns de datas relativamente recentes), o nome desta freguesia aparece grafado precisamente «Pexão» (com o «p» inicial maiúsculo, naturalmente), o que poderá levar a pensar que esta versão reúne todas as condições para ser considerada como autêntica, e, por consequência, como a verdadeira e indiscutível origem do topónimo. Mas não me parece que seja assim.

E não me parece que seja assim, não porque a área ou a região não tivesse sido povoada, como diz Ataíde de Oliveira, por «alguma antiga padeira de Aljubarrota, que fosse natural de Faro, com a diferença a seu favor da formosura e galanteria, que escasseavam na virago que matou sete espanhóis», ou nela não houvesse existido ou vivido, em tempos recuados, qualquer dama com tais atributos físicos. Nada disso. Mulheres belas e formosas sempre as houve, há e há-de haver, em todas as épocas e latitudes, e, da sua passagem por este «vale de lágrimas», não deixaram (salvo raríssimas, e, nalguns casos, pouco honrosas, excepções), qualquer vestígio ou memória. Se o facto de não se conhecer a existência de qualquer «peixão» na zona ou região onde se encontra localizada a freguesia de «Pechão» fosse motivo determinante para a não aceitação desta hipótese (a que eu, de maneira alguma, posso aceitar), de igual modo teríamos de proceder em relação a «Brancaes», que J. Fernandes Mascarenhas filia numa hipotética «Branca Anes» ou «Branca Eanes».

